

# Contribuição para a seguridade social

**Setor Responsável:** Coordenadoria de Legislação e Normas de Pessoal (CLN-DGP).

## INFORMAÇÕES GERAIS

Trata-se de pagamento destinado ao custeio da previdência social dos servidores públicos, visando dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos o(a) servidor(a) e a sua família, compreendendo um conjunto de benefícios e ações que lhes garantam os meios de subsistência nos eventos de doença, invalidez, velhice, acidente em serviço, inatividade, falecimento, reclusão, proteção à maternidade, à paternidade e à adoção, e assistência à saúde. Para os dependentes, engloba a cobertura para a pensão vitalícia e temporária, auxílio-funeral, auxílio-reclusão e assistência à saúde.

A contribuição incide sobre o subsídio ou vencimento de cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei e dos adicionais de caráter individual e sobre os proventos de aposentadorias e pensões, inclusive sobre a gratificação natalina. Excluem-se da base de cálculo da contribuição os seguintes valores pagos ao servidor público ativo:

- I - abono de permanência;
- II - adicional de 1/3 de férias;
- III - adicional de insalubridade, periculosidade, penosidade, radiação ionizante ou raios-X;
- IV - adicional noturno;
- V - adicional por serviço extraordinário;
- VI - ajuda de custo em razão de mudança de sede ou indenização de transporte;
- VII - auxílio moradia;
- VIII - auxílio-alimentação;
- IX - diárias para viagens;
- X - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso;
- XI - parcela paga a título de assistência à saúde suplementar;
- XII - parcela paga a título de assistência pré-escolar;
- XIII - parcela percebida em decorrência do exercício de Cargos de Direção, Função de Coordenador de Curso ou Função Gratificada;
- XIV - salário-família.

## IMPORTANTE

O servidor ocupante de cargo efetivo poderá optar pela inclusão, na base de cálculo da contribuição, de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho e do exercício de cargo em comissão ou de função comissionada ou gratificada, de gratificação de Raio-X e daquelas recebidas a título de adicional noturno ou de adicional por serviço extraordinário, para efeito de cálculo do benefício de aposentadoria.

A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo Regime Próprio de Previdência Social de que tratam os arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, será de 11% (onze por cento).

A alíquota acima referida foi reduzida ou majorada, considerado o valor da base de contribuição ou do benefício recebido, conforme regramento estabelecido pela Emenda Constitucional nº 103/2019:

Faixa Salarial (R\$)	Alíquota
Até 1 Salário Mínimo (R\$ 1.045,00)	7,50%
R\$ 1.045,00 a R\$ 2.089,60	9,00%
R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12,00%
R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14,00%
R\$ 6.101,07 a R\$ 10.448,00	14,50%
R\$ 10.448,01 a R\$ 20.896,00	16,50%
R\$ 20.896,01 a R\$ 40.747,20	19,00%
Acima de R\$ 40.747,20	22,00%

**OBS:** Salienta-se que os regimes previdenciários do RPPS (servidor público) e RGPS (INSS, iniciativa privada) são diferentes, ou seja, a destinação dos recursos vai para cofres distintos, tendo em vista que são regimes diferentes um do outro. Em regra, servidores públicos efetivos realizam sua contribuição previdenciária para o Regime Próprio (RPPS), enquanto servidores temporários (contratados por meio da Lei nº 8.745/93), contribuem para o Regime Geral (RGPS).

#### **AFASTAMENTO DE CARGO EFETIVO SEM REMUNERAÇÃO**

O servidor afastado ou licenciado do cargo efetivo, sem direito à remuneração, inclusive para servir em organismo oficial internacional do qual o Brasil seja membro efetivo ou com o qual coopere, ainda que contribua para regime de previdência social no exterior, o vínculo será suspenso com o regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público enquanto durar o afastamento ou a licença, não lhes assistindo, neste período, os benefícios do mencionado regime de previdência.

#### **CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO AFASTADO SEM REMUNERAÇÃO**

Será assegurada ao servidor licenciado ou afastado sem remuneração a manutenção da vinculação ao regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público, assim como ocorre com a Licença para Tratar de Interesses Particulares, mediante o recolhimento mensal da respectiva contribuição, no mesmo percentual devido pelos servidores em atividade, incidente sobre a remuneração total do cargo a que faz jus no exercício de suas atribuições, computando-se, para esse efeito, inclusive, as vantagens pessoais, para fins de contagem de tempo para aposentadoria.

## PROCEDIMENTOS

Caso o servidor licenciado ou afastado sem remuneração opte pela manutenção do vínculo ao plano de seguridade social do servidor (PSS), mediante o recolhimento mensal da respectiva contribuição.

Segue instruções para efetivação do recolhimento:

1º Acesse o endereço eletrônico disponível em: <https://sicalc.receita.economia.gov.br/sicalc/principal>

2º No item Geração e Impressão do Darf , clique em “Preenchimento Rápido”

Image not found or type unknown



3º - Preencha com os seus dados pessoais, CPF e data de nascimento. Avance a tela

4º - No campo “Código ou nome da receita”, digite o código 1684 -02

5º A contribuição do mês deverá ser feita através da indicação do último dia do mês desejado. Por exemplo, para contribuição referente ao mês de novembro/2021, deverá ser indicado o dia 30/11/2021 e assim sucessivamente. (Data a ser preenchida no campo “período de apuração”). O sistema preencherá automaticamente a data de Vencimento.

6º O valor principal equivale a Contribuição previdenciária devida se o servidor estivesse na ativa. (indicada pelo Órgão)

7º Após preencher o valor principal correspondente à Contribuição Previdenciária, clicar em calcular e depois em Emitir DARF.

**OBS:** O pagamento deverá ser realizado até o 3º dia útil de cada mês.

Para pagamentos em atraso, o sistema calculará automaticamente o valor dos juros e multas.

Após o recolhimento deverá ser encaminhado processo Suap para a CPP, contendo a Darf e o comprovante de pagamento (**atenção:** não serão aceitos, comprovantes de agendamento de pagamento).

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1. Constituição Federal de 1988.

2. Lei n.º 8.112/90.

3. Orientação Normativa n.º 03/2002/SRH/MPOG.
4. Lei n.º 10.667/2003.
5. Lei n.º 10.887/04.
6. Nota Técnica n.º 408/2012/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP.
7. Instrução Normativa RFB n.º 1.332/2013.
8. Orientação Normativa n.º 02/2015/SEGEP/MPOG.
9. Parecer Normativo COSIT/RFB nº 01/2016.
10. Instrução Normativa RFB n.º 1.717/2017.
11. Instrução Normativa RFB n.º 1.868/2019.
12. Emenda Constitucional nº 103/2019.
13. Portaria nº 2.963/2020/SEPRT/ME.

---

Revision #2

Created 28 November 2023 15:30:37 by Aparecida Simao de Araujo

Updated 17 July 2024 15:56:27 by Aparecida Simao de Araujo